



---

## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 08/10/2020 Local: Videoconferência em razão da COVID-19  
Campo Grande – MS

### CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Eliamar Oliveira	Conselheira Titular - Rural
Erivaldo Marques	Conselheiro Titular – Residencial
Denise Simões	Secretário Executiva – Titular
Sebastião Dussel	Conselheiro Titular – Indústria
Dídimo Cabral	Conselheiro – Poder Público

### ENERGISA/CONVIDADOS

Ricardo Vidinich	Consultor Concen/Copel
Fernanda Mathias	Jornalista

---

#### Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS  
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 08h45 do dia 08 de outubro de 2020, por meio de teleconferência, em decorrência do isolamento  
2 para contenção da COVID-19, foi iniciada a 9ª Reunião Ordinária de 2020. A presidente, Sra.  
3 Rosimeire Costa, diante do quórum, declara aberta a reunião, observando que a Sra. Eliamar enfrenta  
4 problemas técnicos. Passa a presidente à leitura da pauta: **1. Aprovação das atas anteriores; 2. CP**  
5 **09/2020 Agenda Regulatória; CP 47/2020 Eficiência Energética e CP 56/2020 GSF -**  
6 **Regulamentação; 3. Assuntos Gerais.** A presidente relata que entrou em contato com a Sra.  
7 Fernanda, da SMA, Aneel, perguntando sobre como seria a comunicação para inclusão do site do  
8 Concen no da Aneel. **1. Aprovação das atas anteriores.** A presidente explica a todos que antes da  
9 avaliação das atas é feita uma revisão, com cuidado de que não haja falas dúbias, fala aos conselheiros  
10 sobre a finalização do site, a importância de informar à jornalista Fernanda qualquer alteração quanto  
11 às reuniões, que constam, agora, dentro de calendário aberto ao público no site; fala que falta ainda a  
12 inclusão do PAM, que será necessária reunião extraordinária, ainda em outubro, para aprovação do  
13 PAM, sendo que o prazo regulatório para envio do PAM para aprovação é até 31/10. Que em razão da  
14 REN da Aneel que estendeu os mandatos dos Conselhos, iniciados em 2016, para mais um ano, em  
15 decorrência da Covid-19, que será preciso cumprir todo regimento, desde o edital à audiência pública.  
16 Quanto ao PAM, ressalta que havia previsão para este ano do Encontro Regional de Conselheiros de  
17 Consumidores, lembrando que o que não foi utilizado, conforme a REN 451, tem de ser gasto na área  
18 de concessão. Que hoje recebeu extrato da Sra Denise totalizando R\$ 449.579,44, que dentre os gastos  
19 estão com as assessorias de imprensa (Fernanda ) e técnica (Sr. Ricardo Vidnich). Informa que o  
20 documento será encaminhado aos conselheiros via Whatsapp e que, para 2021, a previsão é que a  
21 dotação seja na mesma proporção do anterior; acrescenta que, mesmo sem viagens e reuniões  
22 presenciais, as despesas com assessorias de imprensa e técnica serão contínuas, além de suporte  
23 técnico da TAG 3 – a definir administrativamente com a Sra Denise se o pagamento anual será se uma  
24 vez ou mensalmente. Também observa que faltam no site o Regimento Interno, que as atas foram  
25 impressas, mas que todas estão em fonte 10, que é preciso seguir norma governamental em fonte 12,  
26 podendo ser negritadas e colocadas em itálico trechos a serem destacados. Passa a palavra à Sra  
27 Denise, que solicita que a Sra Fernanda coloque a fonte devida, a presidente observa que as correções  
28 são feitas na correção do documento, entretanto, fica acertado que o documento já será entregue em  
29 fonte 12. O Sr. Dussel pergunta se é possível fazer um resumo gerencial para que possa ser lido um  
30 resumo e não a pauta toda, caso interessados queiram saber em linhas gerais o que aconteceu sem ler a  
31 ata toda. O Sr. Dussel propõe colocar encaminhamentos e deliberações em quadros. A presidente  
32 solicita um modelo ao Conselheiro. A Sra Eliamar afirma que seria bom o resumo com os pontos  
33 deliberados para conversa, verificando o impacto que esta mudança traria na prestação de serviços  
34 acertada com a AI. Que o resumo pode facilitar a discussão. A presidente fala aos conselheiros sobre  
35 as mudanças que já foram adotadas, como as linhas para situar temas, fica pactuada a escrita do  
36 resumo executivo a partir da presente ata, sem custos adicionais, para uso das instituições  
37 representadas, para dar andamento às discussões e facilitar a localização dos encaminhamentos. Sobre  
38 Tarifa Social de Energia Elétrica, a presidente comenta que a Energisa decidiu e achou correta não  
39 colocar nenhum dos funcionários em atividade externa, em decorrência da pandemia, que falou até  
40 com a Funsat que perguntou se não haverá efeitos, que entrou em contato com a Sra Márcia Sandim e  
41 que se está pensando em iniciar ações em novembro. **2. Eficiência Energética e GSF -**  
42 **Regulamentação;** O Sr. Ricardo inicia o compartilhamento de tela e abre a apresentação. Apresenta  
43 agenda de discussões CP que segue até 09/10; que 18/09 houve webinar explicando o risco; 10/11 será

44 dado conhecimento da agenda e 19/11 início da AP. Que se espera definir graus de prioridades dos  
45 assuntos mais relevantes, que a agenda é dividida em temas e a distribuição é o tema que mais afeta os  
46 Conselhos. No item 02 destaca micro e mini geração distribuídas e item 03 que trata do funcionamento  
47 dos conselhos de forma a serem mais atuantes, de buscarem mais resultados. “Sem dúvidas o  
48 posicionamento que este Conselho tem adotado junto à Aneel vem ajudado a produzir mais  
49 resultados”, diz o consultor. Destaca, dentro do tema, itens que tratam de compartilhamento de  
50 informações, continuidade, perdas técnicas. Que no PNE (Pano Nacional de Energia), em discussão,  
51 prevê que até 2050 é previsto chegar a 50 GW na GD. Passa ao item transmissão, sugerindo que sejam  
52 questionados pontos que não podem ser prioritários. Respondendo questionamento da Dra. Rosi, o  
53 consultor explica que as melhorias colocadas no item dizem respeito à melhoria das estruturas em  
54 relação ao crescimento do consumo. “Qual o anseio do Concen na transmissão? É ter energia pelo  
55 menor preço possível”. A presidente argumenta que quanto mais se cresce em GD, mais é preciso uma  
56 melhor linha da distribuidora que da transmissora. O Sr. Vidinich acredita que colocar o item como  
57 prioritário pode exercer pressão nos custos. A presidente explica que em 2021 haverá o pagamento do  
58 empréstimo da conta Covid e teme que a questão de prioridade seja discutida quando começa a  
59 produzir impactos. Segue apresentação para os demais itens da agenda. Destaca as prorrogações de  
60 contratos de concessão, que estão ocorrendo levando em conta preços de mercados, critérios de novos  
61 beneficiários da CCE, que envolve a tarifa por meio da CDE; consolidação de atos de sistema isolado,  
62 também ligado aos custos da CCC e outorga de agente de geração, item que ganhou importância nesta  
63 semana. “Minha recomendação é tocar nesses quatro itens”, sugere o consultor, tomando como  
64 exemplo manifestação da Copel. Que a Lei 4.927 diz que cabe à Aneel autorizar; que Aneel puniu a  
65 ENEL Ceará. “Se a Aneel já puniu outros conjuntos deveria repensar a questão como um todo”, pontua  
66 o consultor, ressaltando que afeta todos os consumidores do Brasil, uma vez que ao conceder  
67 descontos na TUSD, os custos de distribuição são cobrados dos consumidores. “Quando se dá 50% de  
68 desconto, significa que é pago pelos que não usam”. Exemplifica que, se toda essa energia fosse  
69 vendida para consumidores livres, na tarifa A4 da SEM, o subsídio da TUSD seria de R\$ 20,63 por  
70 mês/kw, são R\$ 6 milhões por mês, perfazendo R\$ 2,5 bilhões durante o prazo de concessão (35 anos)  
71 ou 73 mi ao ano. “A própria Aneel reconheceu que o questionamento é válido, então sugestão que seja  
72 incluído”. Em tela, quadro dimensionando tais custos, reproduzido abaixo:

## Conclusão

- Se toda essa energia fosse vendida para consumidores livres na tarifa A4 da EMS o valor do subsídio na TUSD seria de
  - R\$ 20,63/kW/mês.
- 588.000 kW 50% do tempo gerando totaliza:
  - R\$ 6 milhões/mês ✓
  - R\$ 73 milhões/ano ✓
  - R\$ 2,5 bilhões em 35 anos ✓

73  
74 Exemplifica com conjunto de usinas, UFV São João, em Minas Gerais. E outro caso de duas solares de  
75 Várzea em Minas. A presidente ressalta que, de fato, há uma Lei federal que regulamenta a situação,  
76 mas em assuntos diversos. “O Ricardo recebeu o anteprojeto do Código de Energia e que pode passar  
77 aos demais conselheiros e que são discussões que trazem impactos e que se está tratando de alteração  
78 de legislação”. Complementando, o consultor ressalta que a MP 998 estima que em um ano a  
79 vantagem do desconto de 50% seja extinto. “A impressão que temos é que estão passando a boiada  
80 antes que as vantagens terminem ou sejam transmitidos os custos aos consumidores cativos”. Sr.  
81 Dussel observa que não é somente impressão. A presidente consulta aos conselheiros sobre o que  
82 acham de haver uma manifestação neste sentido, indicando que é o momento de manifestação sobre o  
83 assunto que não foi colocado como prioritário. O Sr Dussel inicia manifestação, destacando que a  
84 questão é importante. “Sempre acompanhei a regulação do setor elétrico e dado instante parei por  
85 conta das minhas atividades. A gente sabe que as coisas acontecem de forma acelerada e reconhecer a  
86 importância d e o Sr. Vidinich estar atento em trazer o assunto de forma resumida, mas pondera que é  
87 complexo e que seria até precipitado tomar decisão ou emitir parecer sem aprofundamento. “O que o  
88 Concen tem de fazer, dada a importância, técnico para formar opinião. Se compromete a estudar o  
89 assunto. Precisamos até dar repensada nas opiniões, que acha que a discussão sobre a ata se prolongou  
90 de forma desnecessária e que talvez o tempo poderia servir para ouvir especialista no assunto, seja da  
91 Energisa ou fora. É importante formar essa opinião”, defende, ressaltando que não tem condições de  
92 emitir parecer e que teria de estudar o assunto mesmo porque a opinião é da instituição e é preciso  
93 consultar. A presidente diz que entendeu a manifestação, porém, ponderou que nem tudo colocado  
94 como prioritário acontece, tomando como exemplo este ano de 2020, que que os novos desafios  
95 impostos pela pandemia estabeleceram uma nova ordem. “O Sr. Ricardo nos trouxe um caso, mas tudo  
96 isso é indicativo, estamos tratando de agenda, que agora ainda é tomada de subsídio. Vamos contribuir,  
97 a Aneel vai acolher nossas propostas e depois teremos ainda a fase de consulta pública”. Que a ideia é

98 somente indicar se o tema seria prioritário, agregando justificativa do que está acontecendo, inclusive  
99 com reconhecimento da Aneel. Que amanhã, 09/10, é o último prazo para contribuição, mas ainda não  
100 é aprofundado o assunto. Destaca que é preciso essa contribuição de todos, porém, pensando que o  
101 Conselho representa o condomínio, que é preciso entender que existe um esforço para tentar “limpar”  
102 tarifa mas, por outro lado, muito lobby. Passa para a Sra Eliamar que pondera que, uma vez que  
103 algumas empresas particionam a geração, exercendo impactos na TUSD e TUST, qual seria o  
104 questionamento do Sr. Dussel. O conselheiro afirma que, na verdade, propõe que os assuntos técnicos  
105 sejam trazidos de forma antecipada de forma a se posicionar com opinião formada. “Poderíamos  
106 poupar um pouco mais de tempo da reunião para coisas que vão melhorar o entendimento e trazer mais  
107 conhecimento a todos”. Em relação à regulamentação do ponto, concorda que, deveria ser dado  
108 encaminhamento como assunto prioritário a ser discutido, porém que é preciso aprofundar  
109 entendimento para justificar essa defesa.” A presidente observa que há uma correria para passar os  
110 assunto que é o que acontece com o PLS 232, sobre o modelo comercial do setor elétrico, a  
111 portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica. “Aqui falamos em outro  
112 ponto de assuntos diversos que são os temas de capacitação. Mas temos de ter parceria com a  
113 concessionária porque tive momento de pedir e o especialista falar que estavam discutindo no  
114 corporativo e não tinham posição nem para debater”. O Sr. Dussel observa que é preciso ouvir fontes  
115 externas, buscar especialista e avaliar se haveria custo e quanto cobriam, se cobram, uma vez que  
116 muitos acham importante socializar o conhecimento. Falou sobre a importância de valorizar o tempo  
117 de reunião, que as duas últimas reuniões foram dedicadas a tratar do site, a presidente observa que a  
118 questão, na verdade, já é discutida desde a contratação da jornalista Fernanda, há cinco anos. O  
119 conselheiro industrial parabeniza o Sr. Vidinich que traz assuntos, inclusive, fora de seu âmbito  
120 contratual, ampliando a discussão. A presidente questiona se está aprovada a indicação de prioridade.  
121 A Sra. Eliamar concorda sobre ser favorável à defesa de mudança de prioridades e também com Sr.  
122 Dussel quanto ao uso de tempo de reuniões para capacitação. O Sr. Dídimo também concorda, no chat  
123 da reunião: “Podemos adotar essa sugestão do Dussel a partir daqui”. Segue apresentação do Sr.  
124 Ricardo para o item **comercialização**, um dos itens “mais nervosos”, no momento diante da grande  
125 expectativa do mercado, com a possibilidade de abertura da modalidade de consumidor livre a todos,  
126 considerando que as questões não estão bem estabelecidas, que os pequenos, abaixo de 500 kwh não  
127 poderão comprar de quem quiserem e sim de uma comercializadora e que o atendimento em situações  
128 como cair poste, etc, será pela distribuidora, que sempre será ponto de conexão, uma vez que trata-se  
129 de monopólio da união concedido a uma operadora. “Então, qual a vantagem que o consumidor tem de  
130 comprar energia de comercializadora? Seria comprar mais barato porque a qualidade de atendimento é  
131 serviços é da distribuidora. Então, se não houver redução de preços, não haverá vantagens e  
132 migração”. A isso se soma o fato de que os subsídios hoje favorecem os livres, vindos de conta paga  
133 pelos consumidores cativos. “Será que os consumidores querem ser livres de uma distribuidora e  
134 cativos de comercializadora?”, questiona. O segundo ponto é a troca de distribuidoras, porque hoje há  
135 uma sobrecontratação na distribuição de energia. Também destaca a liquidação financeira de mercado  
136 de curto prazos; venda de excedentes ligada à troca. “Com a pandemia há excedentes sobrecontratados  
137 e quem paga essa sobra é o consumidor regulado”, observa o Sr. Vidinich. Ressalta que é preciso  
138 ficar claro que consumidores livres têm de obrigatoriamente de comprar energia do varejista e se, não  
139 houver redução de preços, é uma obrigação inócua. Que hoje a distribuidora que faz esse papel de  
140 varejista, compra energia nos leilões. “Será que a distribuidora não quer sair disso para jogar mais um

141 custo ao consumidor?”, questiona. Finalmente, fala sobre o item da aprimoração dos itens de  
142 comercialização. Coloca em discussão se concordam com as sugestões de temas prioritários. O Sr.  
143 Dídimo manifesta que “após esses esclarecimentos do Ricardo para estes 6 ítems, concordo que devam  
144 ser prioritários”. A Presidente ressalta que a apresentação está clara, atravessada por um fio lógico,  
145 Concorda que as ponderações do Sr. Dussel acerca da complexidade do tema. A Conselheira Eliamar,  
146 Sr Dídmo, Sr Dussel falam sobre a importância de tratar como prioridade a questão da comercialização  
147 lembrando que hoje já há problemas sérios de inadimplência de consumidores acima de 500 kwh; “ A  
148 CCE não tem pernas para atender abaixo disso, mas não podemos fechar os olhos porque isso é  
149 promessa de governos e vai acontecer”. A presidente Rosimeire relata ao Sr. Dídimo que o assunto é  
150 palpitante e que técnicos da área de comercialização chegaram a fazer exposição em reunião do  
151 Concen na Famasul. Acrescenta que, ainda, há os riscos de mercado. “A gente paga para eles, mas qual  
152 a solidez quando se está na câmara de comercialização e é preciso honrar isso?”. Temas estes que  
153 serão aprovados, que a própria Aneel manifestou quanto ao GD, que aguarda finalização da legislação  
154 no Congresso; que o PNE tem capítulo exclusivo para a GD. Volta apresentação do Sr. Ricardo que  
155 sugere como pontos centrais: incluir a base prioritária e revisar Wacc. O Sr. Ricardo segue para  
156 finalização da apresentação para os itens de revisão de incentivos regulatórios e fontes incentivadas na  
157 eficiência energética e Temas estrutura de setor, segurança cibernéticas, este último que envolve mais  
158 distribuidoras. Destaca a preparação da regulação para expansão dos recursos energéticos distribuídos,  
159 incluindo resposta à demanda, usinas virtuais e microrredes. Por fim, a avaliação de impactos  
160 regulatórios. Conclusão: é preciso reforçar itens priorizados, incluir novos itens e sugerir retiradas de  
161 itens sem interesse de conselho. Quanto a eficiência energética, apresenta tabela:

## Projeto EE Prioritário 03/20

Oportuna uma atuação mais incisiva no sentido de estimular a realização de ações de **eficiência energética em hospitais** voltados ao atendimento público em geral, maximizando o benefício energético e social do Programa.

Tem-se em vista com essa chamada as seguintes perspectivas:

- a) Fornecer ao **administrador** de edificação pública os **conceitos básicos da eficiência energética** dos sistemas do prédio sob sua responsabilidade, como **ar condicionado, iluminação e instalação elétrica**;
- b) Promover ações de **melhoria de instalação elétrica** com intuito de combate ao desperdício;
- c) **Redução de gastos** com energia elétrica em prédios públicos;
- d) **Substituição de equipamentos ineficientes**;
- e) **Instalação de usina fotovoltaica** em prédios conforme o diagnóstico apresentado e a RCB;
- f) **Etiquetagem das edificações beneficiadas**

162

163 E pontua: “Na audiência pública que ocorreu sobre este tema, cuja contribuição vence em 13/10, o  
164 único item discutido foi a etiquetagem de edificações, melhorando a qualidade do tipo de edificação,  
165 como colocar janelas onde está mais escuro. Querem juntar todas as distribuidoras em um único  
166 projeto, com investimento a fundo perdido. Investir a fundo perdido em micro e mini geração de  
167 energia, que já têm subsídios, seria contrassenso”, alertou o consultor. A presidente consulta todos  
168 sobre como o Concen se posiciona sobre este assunto. Os conselheiros manifestam não ter objeções ao  
169 Sr. Dussel concorda que GD não é eficiência energética. E que acha nobre priorizar hospitais  
170 filantrópicos. “Temos de olhar para quem faz entregas para a sociedade. Sr. Dídimo manifesta  
171 concordância e acrescenta: “Até porque teve o caso da eficientização do prédio do MME”. Sobre  
172 perdas, a presidente relata que no Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) foi colocado artigo sobre  
173 perdas em momento de pandemia e diz que está disponível no site do Gesel. Questiona se pode tratar  
174 como ordinária ou se mantém como prioritária, defendendo que seria melhor que se colocasse como  
175 ordinária, porque levaria ao planejamento. **Assuntos gerais:** A presidente sugere como temas de  
176 capacitação tanto base de remuneração e receitas irrecuperáveis. São dois pontos que podemos ter  
177 como tema para propor à Denise. Que todo ano há dificuldade em cumprir a capacitação conforme  
178 prevê regulatório. A presidente ressalta que o GSF ficará de pauta para a próxima reunião, com prazo  
179 de contribuição para 23/10. O Sr. Ricardo ressalta que é um item importante para o Conselho. A  
180 presidente propõe, então, uma reunião extraordinária com dois pontos: aprovação do PAM, prazo  
181 regulatório até 30 enviar e tomada subsídios do GSF. Fica acordado que na semana de 19-23 pode  
182 ocorrer a extraordinária. Fala ao consultor que, se os subsídios puderem vir antes seria melhor. Que os  
183 temas de capacitação serão tratados pelo grupo para que o tema seja melhor utilizado.  
184 A presidente agradece a presença e contribuição de todos, dada a complexidade e responsabilidade de  
185 definir posições no coletivo, olhando o grande condomínio, e dá por encerrada a reunião às 11h30.



Rosimeire Cecília da Costa  
Presidente do CONCEN



Denise Simões  
Secretária Executiva do CONCEN